**ATA N° 012/2024**

Aos sete dias do mês de maio de dois mil e vinte e quatro, às oito horas, reuniram-se nas dependências no Salão de Atos da Prefeitura Municipal de Urussanga, no Paço Lydio De Brida, número doze, centro da cidade, os (as) conselheiros (as): Maria Alice Julio Batista, Vanessa Lopes, Rita Padoin, Andrei Leandro, Andressa Maria Romagna, Adroaldo Luiz Apolinário, Edna Zanin Lopes, Sergio Roberto Maestrelli, Henrique Viana e Silva, Ana Paula Zapelini. Como convidadas técnicas do conselho Marielle Bonetti, Michelle Bonetti. Também participaram: o Secretário de Esporte, Turismo e Cultura, Eriqui Nichele, Assessora de Imprensa Vanessa Matiolla, Vereador Edson Savi Mondo, o funcionário Samuel, Maristela P. Silvino, para a décima segunda reunião ordinária do Conselho Municipal de Política Cultural de Urussanga. Não estando presente e sem justificativa: José Carlos José, Henrique Ernesto Godinho Bettiol, Mauro Paes Correa, Gilmar Trevisol e Manoela de Souza Fretta. Justificou ausência a conselheira Magali Albino. A Presidente iniciou a reunião, dando boas-vindas aos participantes e agradeceu a indicação do seu nome como Diretora de Cultura. Disse que a responsabilidade é grande e que está no olho do furacão, porém fará o seu melhor. “Tem muita coisa a ser feita, muitas leis a serem cumpridas, decretos federais e estaduais que temos que nos adequar para não errar ou cometer algum deslize. Hoje, é o dia que passo o cargo de Presidente a vice-Presidente Vanessa Lopes que assumirá a partir de agora”. Continuando explanou que será analisado o regimento interno para saber quem assumirá a vice-presidência do Conselho. A partir de hoje teremos um novo olhar em relação aos sistemas que serão apresentados. Em relação a minuta, a mesma já foi encaminhada para Andressa. Solicitamos urgência já que o foco dessa administração é colocar para trabalhar aquilo que estava emperrado. Realmente precisamos para já, principalmente a Aldir Blanc. Descobrimos a minuta do PL não estava emperrado e sim na mesa do ex Prefeito Gustavo Cancelier com um recado dizendo “a hora que der eu assino”. Informou que Urussanga já está inscrita no CÉU DA CULTURA. O terreno tem que ser o mais periférico possível, portanto foi escolhido o do Loteamento Bom Jesus, no Bairro De Villa. Está inscrita também no MIS/SC e inclusão no Programa pontos MIS de Cultura. Se formos selecionados, ótimo, caso contrário ficamos na lista de espera. O MIS/SC estabelece que tenhamos um local, este, nós temos que é o Centro Cultural. Outra exigência são os equipamentos de multimídia para projetar. Estes, vamos incorporar em algum projeto. O importante é não perdermos a oportunidade. Sobre o Parque Municipal, informou que foi feito uma vistoria com fotos juntamente com o Secretário Eriqui e está em tratativa com o responsável da Garagem para um mutirão. Sergio lembrou que esse tipo de serviço não precisa de licitação e sim boa vontade. Continuando Maria Alice colocou que o pedido foi de um mutirão para consertos de várias coisas. No que diz respeito ao aniversário de Urussanga, estão pensando em adequar com a semana da língua italiana que era para ter acontecido em fevereiro. Adroaldo lembrou que a semana da língua italiana é em maio. Maria Alice informou o conselheiro que a Municipal é em maio, porém a nacional é em fevereiro, dia 14. Como aconteceu a questão de troca de gestão, é aniversário da cidade, não podemos deixar de fora as outras etnias, raças, estamos mesclando. Solicitou a manifestação dos conselheiros quanto a programação. Disse que conversou com os representantes da pastoral afro brasileira do Bairro de Santana para que façam parte da programação, mas que os jovens não querem mais fazer parte de nada. Que lá existe apenas dois corais. Da parte dos indígenas será o “broto coletivo” que apresentará. Vamos tentar contemplar todo mundo. Os projetos que a Liz De Bona apresentou, que é o festival de dança, será dado continuidade e será realizado em novembro. Com relação a destinar um carro para a secretaria de cultura, foi solicitado ao gabinete do Prefeito. Segundo o Secretário Eriqui, já está tudo alinhado e no que diz respeito as oficinas, informou que estão fazendo um chamamento, e dentro de quinze dias os professores estarão sendo designados para os devidos cargos. Vanessa expôs ao Secretário que tem Prefeitura que faz credenciamentos e a partir deste são feitas as contratações. Maria Alice relatou que aqui em Urussanga não pode ser feito desta maneira em virtude da existência de uma Lei que é da Secretaria de Educação. Na época, a Diretoria de Cultura estava vinculada a Educação. Tem que desmembrar primeiro para depois tentar mudar. Com a saída da Maria Alice da Presidência do Conselho que assumiu a Diretoria de Cultura, foi debatido quem seria a vice-presidente. Maria Alice expôs que sem a nova lei do Conselho, com a saída dos conselheiros da antiga administração, fica difícil definir alguma coisa. Portanto, acha interessante aguardar o Prefeito assinar o Projeto de Lei que será encaminhado à Câmara Municipal e assim que for votado e aprovado, a Lei sancionada, aí sim será feito o novo Decreto de nomeação. Com isto, será definido os cargos. Quanto ao Plano de Ação que está dentro da Aldir Blanc, o mesmo deverá ser bem elaborado, dizendo para onde a verba vai e o que será feito. O dinheiro já está na conta, agora é fazer o plano. Para elaborar o Plano Anual de Aplicação de Recurso - PAAR, a Política Nacional Aldir Blanc - PNAB disponibilizou um guia simplificado e é necessário sentar para analisar o mesmo. O primeiro passo é ler os documentos, que são muitos. Informou que já foi feito o ofício e encaminhado ao Prefeito dizendo dá abertura dos trabalhos em relação a política nacional e o plano de ação. O Prefeito divulgará no Diário Oficial conforme manda a lei. Depois disto será feito o edital. Pediu que todos divulguem em suas redes sociais assim que tudo estiver certo. Os formulários das oitivas em relação a Lei Aldir Blanc serão online, pela questão do tempo e ir nas comunidades ficaria inviável. Manas questionaram em relação ao formulário online, quem mora na região central tem o privilégio de participar e as pessoas que moram no interior e não tem acesso à internet como será atingido essas comunidades interioranas? Deram a ideia de articular e pedir apoio para as agentes comunitárias, escolas, mulheres agricultoras e outras entidades. Maria Alice informou que já solicitou a Secretária de Agricultura para que faça esse trabalho e conversará com outras entidades para não deixar de lado o interior. Henrique Viana perguntou como será o questionário, se é para divulgar ou ser respondido? Para as comunidades interioranas os questionários online para serem respondidos, tem que ser bem simples e de fácil linguagem, enfatizou. Como o prazo é curto, poucos responderão, então é melhor ficar mais na divulgação, finalizou Henrique. Em relação ao formulário, Vanessa colocou que o formulário é bem simplificado, pouco texto e todas as respostas serão de múltipla escolha. Se o Conselho decidisse fazer as oitivas, só aqui dentro já valeria para aprovar o plano de aplicação anual de recursos. “Em tese, aqui, já estamos representando a sociedade civil, mas é melhor que seja levado as comunidades”. Sugeriu aos representantes de cada entidade aplicar nas suas diretorias o formulário. Maria Alice sugeriu também, para que cada um coloque o link em cada grupo que pertencem para que consigamos atingir o máximo de pessoas possível. Como somos um Município com menos de 360.000 habitantes, são apenas três tipos de metas. A Lei diz que o custo operacional diz é de 5% (cinco por cento) se assim quiser. A implementação na política nacional de cultura viva, é algo inteligente a se fazer no Município, por quê? Não temos lugar, para cinema, para teatro, precisa-se fazer manutenção do Museu, isto é, em relação a cultura viva. É inteligente porque é permanente. As metas de ações gerais: essas ações entram, obras, reformas, aquisição de espaço, organização cultural, manutenção de espaço, projetos, programas de desenvolvimento local implementando ações públicas de forma direta na estrutura física cultural, editais de cultura de chamamento aberto para trabalhadores da cultura, atividades próprias da cultura como festivais culturais, esses são exemplos do que pode estar no plano. Dentro desse plano tem que ter metas, ações, atividades, valores, execução, forma de execução, produto, entrega, quantidade, atividade a que se destina, recurso a área, periferia, povos, comunidades tradicionais. Deu um exemplo para que todos tivessem uma ideia de como fazer o plano de ação. Informou que o Conselho deverá decidir as porcentagens. Ficou definido que não precisará contratar uma agência. O percentual da agência será revertido para outra meta. Vanessa expôs sobre a Lei da “Cultura Viva”, um assunto pouco conhecido entre os presentes. Segundo Vanessa a Lei da “Cultura Viva” é uma lei para criação dos pontos e pontões de cultura. Para criar um ponto pontão, precisa fazer um cadastro no Ministério da Cultura. Disse não conhecer ninguém em Urussanga que esteja trabalhando com “Cultura Viva” neste momento. É algo que podemos fomentar em Urussanga. “eu fiz um cadastro do cultura viva para ACOBRIDA – Associação de Bairro, por se fazer no bairro um trabalho com crianças” lembrou que logo terão editais só para a cultura viva. É uma política que tende a crescer muito. Deu a ideia de uma das câmaras setoriais estudarem sobre o assunto e fazer uma apresentação, finalizou Vanessa. Dando continuidade a Presidente colocou em votação as porcentagens do Plano Ação, ficando assim definidas: 75% (setenta e cinco) para o fomento, 20% (vinte) para a Áreas Periféricas e 5%(cinco) para as despesas de operacionais. Falou da programação do aniversário de Urussanga. Ficou definido para o dia 24 de maio às 19:00 horas a audiência pública na Câmara Municipal. Segundo Alice, no que se refere a LPG, os proponentes que foram contemplados no primeiro edital não poderão ser contemplados no segundo. Foi discutido como seria usado a verba da LPG do segundo edital. Colocado em votação: 1 - redistribuição entre os contemplados com aval das oitivas do Conselho e readequação orçamentária dos projetos, 2 - chamar os que não foram contemplados, mas com notas acima do corte, 3 - aplicação em equipamentos públicos com aval das oitivas. Discutido e colocado em votação. Ficou definido que será aplicado em equipamentos, já que para os que não foram contemplados, infelizmente não tem como. Manas sugeriram convidar Andreia Consultora da empresa que ganhou a licitação no primeiro edital da LPG para que a mesma exponha aos Conselheiros como está o andamento do primeiro edital. Vanessa complementou dizendo que Andreia fez um edital com exigências desnecessárias. “Tivemos uma semana para nos inscrevermos e não tivemos treinamento. Portanto, tivemos dois projetos que não ganharam por nota, que é uma injustiça”. A Presidente expôs que diante dos fatos relatados, a empresa de Andreia não será mais chamada para dar suporte aos editais futuros, porém ela vai ter que responder pelo primeiro. Para o segundo a ideia é usar os R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em aplicação para fazer o edital acontecer. “Andreia já ganhou R$ 5.000,00 no primeiro edital, não vamos pagar mais R$ 5.000,00 no segundo”. Manas informaram que em Cocal do Sul não lançaram dois editais, só lançaram um e pediram aos proponentes a readequação e reapresentação dos projetos. Ana Paula disse que aí, pode estar fora da lei. Chamar os que não foram contemplados com nota abaixo do estipulado pelo edital. Vanessa lembrou que isto está no que Edson falou, não tem legislação, portanto pode ser decidido como justificativa que não teve tempo e o edital tinha um monte de penduricalho que não precisava. Maria Alice lembrou que este Conselho é deliberativo, só que precisa sair daqui uma resolução. Foi colocado em votação e ficou decidido 1º chamar os que não foram contemplados no primeiro edital, 2º aplicar o saldo eventual em equipamentos culturais públicos. Expôs que o Tribunal de Contas tem uma Normativa que é só em Santa Catarina que infelizmente não aceitam que Conselheiros sejam proponentes na Política Nacional Aldir Blanc em Santa Catarina. Vanessa acha que com o tempo isto deve mudar. Até porque isto está na Lei Paulo Gustavo e a Lei Federal é superior ao Estadual e a Federal diz que pode. A Presidente apresentou o modelo da escuta pública para a audiência pública. No edital da PNAB deverá constar: formulário de consulta de forma online com perguntas objetivas, respostas sem identificação pessoal (responderá como pessoa física ou jurídica). Vanessa perguntou se será feita uma reunião com as Câmaras Técnicas para discutir os assuntos relacionados ao debate. A Presidente informou que precisam se reunir, pois o andamento é Gestão e Conselho. Vanessa sugeriu então uma comissão para definir, já que não tem uma Câmara específica para isto. A Presidente informou que deverá ter uma reunião para comprovar que aconteceu. Vanessa então deu a ideia de que um membro de cada Câmara se reúna para tabular os dados do questionário e a apresentação do dia 24 de maio na Câmara. Ficou definida uma reunião com as Câmaras Técnicas. Com relação a audiência pública do dia 24 de maio, ficou definido que os convites serão encaminhados via WhatsApp em virtude do tempo. Do dia 09 ao dia 21 de maio de 2024, para elaboração e disposição do formulário online para que os fazedores de cultura possam se cadastrar a tempo. Vanessa apresentou o formulário para que fosse discutido, analisado, alterado e aprovado pelos conselheiros presentes. Discutido, feita as alterações e aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, a ata lavrada por Rita Padoin e assinada por todos os presentes, cuja lista encontra-se em anexo.